



ATENÇÃO

EDITAL ADAPTADO AOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO ELETRÔNICO, NOS TERMOS DA LEI DE LICITAÇÕES 14.133/2021 E DEMAIS NORMAS CORRELATAS.

A PROPOSTA COMERCIAL DEVE SER INSERIDA NO SISTEMA ANTES DO INÍCIO DA SESSÃO.

REFORÇAMOS QUE OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTA FINAL DEVEM SER ENVIADOS NO PRAZO DE 02 (DUAS) HORAS, APÓS A SOLICITAÇÃO DO PREGOEIRO, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL.



Prefeitura Municipal de Catas Altas

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 016/2026		PROCESSO N° 053/2026
Tipo de Licitação: Menor preço por item		Modo de Disputa: Aberto
SRP (x) Sim () Não	Exclusiva ME/EPP? (X) Sim () Não	Reserva de quota ME/EPP? () Sim (X) Não
Prioridade de contratação de MEI/ME/EPP? (X) Sim () Não () Local () Regional		
Início do Recebimento das Propostas 11/06/2026 - Horas 08:00:00		Prazo final para Recebimento de Propostas: 23/06/2026 - Horas 08:00
Abertura/Análise das Propostas 23/06/2026 – Horas 08:01:00 Nesta fase será informado via chat o horário do início da fase de lances.		Referência de Tempo Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registrados no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
Vistoria? () Obrigatória () Facultativa (X) Não se aplica		Amostra/Demonstração? () Sim (X) Não
Pedidos de esclarecimentos Até às 23h59min do dia 18/06/2026 www.portaldecompraspublicas.com.br		Impugnações Até às 23h59min do dia 18/06/2026 www.portaldecompraspublicas.com.br
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: www.portaldecompraspublicas.com.br		
CONSULTAS DO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: Na internet sítios: https://transparencia.catasaltas.mg.gov.br/licitacoes , www.portaldecompraspublicas.com.br e https://pncp.gov.br Telefone: 0800 031 7140 Horários: 07h as 11h e de 13h as 16h		



Prefeitura Municipal de Catas Altas

O **MUNICÍPIO DE CATAS ALTAS/MG**, através do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, nomeados pelo Decreto nº 870/2026, informa que encontra-se aberta licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP**, com critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, com aplicação subsidiária da Leis Complementares nº nº 123/2006, nº 147/2014 e nº 155/2016, Decretos Municipais nº 224/2022, nº 311/2023, nº 320/2023 nº 322/2023, nº 324/2023, e nº 688/2025.

1. OBJETO

1.1. O objeto deste Pregão é o registro de preços visando a aquisição de insumos para o laboratório municipal, conforme condições previstas no edital e demais anexos.

2. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão as pessoas jurídicas enquadradas ou equiparadas às Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte que satisfaçam as exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, cujo contrato social esteja em vigor, registrado no órgão competente no ramo de atividade compatível ao objeto deste edital e que estejam com Credenciamento regular no **Portal de Compras Públicas**.

2.1.1. A licitante organizada em cooperativa deverá cumprir os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. Não poderão disputar desta licitação:

2.2.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.2.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.2.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.2.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.2.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.6. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

2.2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da ata/contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

2.2.9. Estrangeiras que não tenham sede e administração no país;



Prefeitura Municipal de Catas Altas

2.2.10. Em recuperação judicial ou extrajudicial ou em processo de falência, dissolução ou liquidação “EXCETO se empresa licitante, submetida a processo de recuperação judicial, comprovar sua capacidade econômico-financeira para assumir a ata ou contrato e, neste aspecto, apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique encontrar-se apta, econômica e financeiramente, para participar de procedimento licitatório, nos termos da Lei n° 14.133/2021”;

2.2.11. Seja declarada inidônea em qualquer esfera do governo;

2.2.12. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei n° 14.133/2021;

2.3. O impedimento de que trata o item 2.2.2. será também aplicado a licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

2.4. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei n° 14.133/2021.

2.5. A vedação de que trata o item 2.2.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.6. A observância das vedações dos itens anterior é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

2.7. Não poderão se beneficiar do regime simplificado e favorecido em licitações concedido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte pela Lei Complementar n° 123/2006, n° 147/2014 e n° 155/2016, licitantes que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no artigo 3°, da referida Lei Complementar.

3. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

3.1. O certame será conduzido pelo Agente de Contratação (Pregoeiro), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br.

O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições:

a) conduzir a sessão pública;

b) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

c) verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

d) coordenar a sessão pública e o envio de lances;

e) verificar e julgar as condições de habilitação;

f) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

g) receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

h) indicar o vencedor do certame;

i) conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

j) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente para a sua adjudicação e homologação.



Prefeitura Municipal de Catas Altas

4. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA

4.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.2.1. Os interessados em se credenciar no Portal de Compras Públicas poderão obter maiores informações na página www.portaldecompraspublicas.com.br, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal ou pelo e-mail falecom@portaldecompraspublicas.com.br.

4.3. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.3.1. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de Catas Altas responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.4. O credenciamento junto ao Portal de Compras Públicas implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.6. O Pregão será conduzido pelo Pregoeiro, com auxílio da Equipe de Apoio, e também com apoio técnico e operacional do Portal de Compras Públicas, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

5. DO RITO DO PROCEDIMENTO, DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DECLARAÇÕES.

5.1. Será seguido o procedimento comum, nos termos do art. 17 c/c art. 29, da Lei 14.133/2021, **sem inversão de fases.**

5.2. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerão por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio.

5.4. A licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes declarações on-line, fornecidas pelo sistema de Pregão Eletrônico:

5.4.1. **Declaração de enquadramento ME/EPP** – Declaração de que, sob as penas da Lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021, quando for o caso;

5.4.1.1. Nos itens exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.4.2. **Declaração de conhecimento do Edital** – Declaração de que esta ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de



Prefeitura Municipal de Catas Altas

habilitação definidos no edital.

5.4.3. Declaração de reserva de cargos – Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4.4. Declaração de proposta econômica – Declaração de que sob pena de desclassificação, que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

5.4.5. Declaração de não-emprego de menores – Declaração de que para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.

5.4.6. Declaração de não-emprego de trabalho degradante – Declaração de que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.

5.4.7. Declaração de Acessibilidade – Declaração de que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.

5.4.8. Declaração de Inexistência de Fato Superveniente – Declaração de que sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

5.5. A falsidade das declarações sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital, bem como em demais normas aplicáveis ao caso, como a Lei Anticorrupção (Lei 12846/2013).

5.6. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pela licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.9.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.9.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.10.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.10.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando



Prefeitura Municipal de Catas Altas

adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.12. Caberá a licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.13. A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional, respeitando o limite de **duas casas decimais**;

6.1.2. Marca de cada item ofertado;

6.1.3. Fabricante de cada item ofertado, conforme o caso;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação, por aplicação do disposto no art. 90, §3º, da Lei 14.133/2021.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.3.1. Também será desclassificada a proposta que identifique a licitante.

7.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.3.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.



Prefeitura Municipal de Catas Altas

7.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.

7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.8. A licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,50 (cinquenta centavos)**, nos termos do art. 57 da Lei 14.133/2021.

7.10. O intervalo entre os lances enviados pela mesma licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.11. Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, nos termos do art. 56, I, da Lei 14.133/2021.

7.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.15. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.16. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas, www.portaldecompraspublicas.com.br, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



Prefeitura Municipal de Catas Altas

7.21. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.22. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#) nesta ordem:

7.23.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.1.3. Desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.23.1.4. Desenvolvimento pela licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.23.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.23.2.2. Empresas brasileiras;

7.23.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.2. O Pregoeiro solicitará a licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO / ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

8.1. Caso a licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os ditames legais e critérios deste edital.

8.2. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital.



Prefeitura Municipal de Catas Altas

8.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.3.1. Contiver vícios insanáveis;

8.3.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.3.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.3.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.3.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

8.6. O Pregoeiro poderá convocar a licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que a licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta a licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.10.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

8.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação da licitante, observado o disposto neste Edital.



Prefeitura Municipal de Catas Altas

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A proposta final deverá ser encaminhada pela licitante no prazo de 02 (duas) horas, após a solicitação do Pregoeiro, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital. A proposta deverá:

9.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo todas as folhas serem assinadas pelo representante legal.

9.1.2. A proposta final deve conter os dados da licitante e do representante legal conforme modelo **constante no anexo III**.

9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução da Ata e aplicação de eventual sanção, se for o caso.

9.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a licitante.

9.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

9.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outra licitante.

9.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da Licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o **Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação**, mediante a consulta aos documentos inseridos no Portal de Compras Públicas, consulta ao Departamento de Licitações e demais órgãos de controle do Município.

10.1.1. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

10.1.2. Os documentos de habilitação exigidos no edital deverão ser encaminhados apenas pela licitante vencedora, nos termos do art. 63, inciso II da Lei n.º 14.133/2021.

10.1.2.1. A licitante vencedora deverá enviar os **documentos de habilitação no prazo de 02 (duas) horas**, após a solicitação do Pregoeiro, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.1.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da licitante.

10.1.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas** sob pena de inabilitação.

10.1.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante



Prefeitura Municipal de Catas Altas

apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.1.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.1.7. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.1.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.1.9. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoeempreendedor.gov.br;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

g) Caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

h) No caso de consórcio deverá apresentar comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

h.1) Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

i) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

j) Procuração, Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Carteira de identidade do representante legal em caso de não ser sócio administrador registrado no contrato social.

10.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), do Ministério da Fazenda;

b) Comprovação de regularidade perante o FGTS;

c) Certidão de Regularidade da Fazenda Pública Federal, conjunta com a Dívida Ativa da União e Certidão de Regularidade do INSS;

d) Comprovação de regularidade perante a Fazenda Estadual;

e) Comprovação de regularidade perante a Fazenda Municipal, do domicílio ou da sede da licitante;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.3.1. Caso a licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa



Prefeitura Municipal de Catas Altas

de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

a) Comprovação de regularidade de falência ou recuperação da empresa expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, datada de no máximo 90 (noventa) dias ou 03(três) meses da data prevista para a realização da sessão pública do Pregão, no caso de ausência de validade específica.

Ou

b) A empresa licitante, submetida a processo de recuperação judicial, deverá comprovar sua capacidade econômico-financeira para assumir a ata ou contrato e, neste aspecto, apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique encontrar-se apta, econômica e financeiramente, para participar de procedimento licitatório, nos termos da Lei n.º 14.133/2021.

10.5. Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da convocação, prorrogáveis por igual período, a critério desta Prefeitura, para a regularização da documentação com emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

10.5.1. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato/ata de registro, ou revogar a licitação.

10.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.7. Será inabilitado a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, a licitante será declarado vencedor.

10.9. Os documentos de Habilitação deverão estar com prazo vigente, não havendo prazo nos documentos eles serão considerados válidos se emitidos em até 180 (cento e oitenta) dias.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

11.2. A impugnação deverá ser realizada exclusivamente por forma eletrônica no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.

11.3. Caberá ao Agente de Contratação (Pregoeiro), auxiliado pelos responsáveis pelo Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de **até 03 (três) dias úteis** contados da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até 03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

11.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pelo edital e dos anexos.

11.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amoldarem ao Art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

11.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada



Prefeitura Municipal de Catas Altas

pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

11.9. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas nos sítios www.portaldecompraspublicas.com.br e <https://portaltransparencia.catasaltas.mg.gov.br/licitacoes>, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

11.10. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

11.11. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e **vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações**, se houver, **do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular** (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

12. DOS RECURSOS:

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se for o caso, será concedido o prazo de 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

12.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.4. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante:

12.4.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.4.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.4.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.12. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Departamento de Licitações.



Prefeitura Municipal de Catas Altas

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14. ADJUDICAÇÃO

14.1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso

14.2. Existindo ou não recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do(s) mesmo(s), a autoridade superior deve praticar o ato de adjudicação do objeto do certame à proponente vencedora.

15. HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA

15.1. Cabe à autoridade superior homologar o Pregão.

15.2. Decorridos os prazos de recursos e sendo homologada a licitação, o adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação por e-mail, para comparecer na sede da PMCA, no Departamento de Licitações, para assinatura da ata, sob pena de decair o seu direito, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

15.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceite da Administração.

15.4. A ata poderá ser assinada mediante a utilização de assinaturas digitais por meio de certificados digitais emitidos por autoridade certificadora (*Obs. a assinatura digital deve ser efetuada em todas as páginas do documento*).

15.5. Após a assinatura a Promitente Fornecedor será responsável pela retirada da ata no Departamento de Licitações, localizado na Praça Monsenhor Mendes, nº 136, Catas Altas/MG – CEP 35969-000. A retirada deverá ocorrer horários de 7h às 11h e de 13h às 15h. O prazo para retirada será de até 60 (sessenta) dias úteis após a assinatura da mesma.

15.5.1. A ata estará disponível no Portal Transparência da Prefeitura (<https://transparencia.catasaltas.mg.gov.br/licitacoes>) assim como no PNCP (<https://pncp.gov.br>).

16. CADASTRO RESERVA

16.1. Conforme disposto no inciso II, do art. 10 do Decreto Municipal n.º 322/2023, será incluído na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor na ordem de classificação do certame, bem como daqueles licitantes que mantiverem sua proposta original;

16.2. Após a Homologação, o sistema verificará se há fornecedores aptos ao Cadastro de Reserva, a autoridade competente informará, via sistema, data/hora do fim do Cadastro de Reserva e convocará as licitantes interessadas para no prazo de **24 (vinte e quatro) horas** realizarem o cadastro;

16.7. Compete exclusivamente ao licitante acompanhar a convocação no sistema eletrônico e registrar sua intenção de participar do cadastro de reserva dentro do prazo concedido pela autoridade competente, sob pena de não participação do procedimento.



Prefeitura Municipal de Catas Altas

17. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO

17.1. O resultado final do Pregão será publicado na imprensa oficial do município de Catas Altas (<https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/pesquisar>).

18. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, FORMA DE CONCESSÃO DE REAJUSTE, REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO E REPACTUAÇÃO:

18.1. Nos termos do art. 82, IX da Lei 14.133/2021, a Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada nas seguintes situações:

I – Descumprir as condições da ata de registro de preços;

II – Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III – Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV – Sofrer sanção prevista na Lei 14.133/2021;

18.1.1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) Por razão de interesse público; ou

b) A pedido do fornecedor.

18.3. O reajuste dos preços, quando cabível, observará o **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)** ou conforme a realidade de mercado, com data-base vinculada ao orçamento da Administração, podendo ser concedido mediante justificativa de variação de custos, nos termos do art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

18.4. Caso a proposta, na fase de negociação tenha sido modificada por desconto maior que a proposta original, o prazo para reajuste será contado da juntada da nova proposta readequada, e esta data é que será considerada como ponto de início do interstício para concessão do reajuste anual.

18.5. O reequilíbrio econômico-financeiro e repactuação do contrato/ata de registro de preços, quando cabíveis, serão realizados nas formas prescritas na Lei 14.133/2021.

19. DAS SANÇÕES:

19.1. O licitante será responsabilizado pela prática dos atos previstos no art. 155 da Lei nº 14.133/21, podendo sofrer as sanções insertas no art. 156 desse mesmo diploma legal, isso, sem prejuízo de outras medidas previstas nas legislações correlatas.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

20.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.



Prefeitura Municipal de Catas Altas

20.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação (Pregoeiro) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.5. A homologação do resultado da licitação não implicará direito à contratação, quando se tratar do Sistema de Registro de Preços, nos termos do art. 82 e seguintes da Lei 14.133/2021.

20.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.10. A licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

20.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

20.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.12. A Administração Municipal poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

20.13. A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

20.13.1. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

20.14. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

20.15. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br e <https://portaltransparencia.catasaltas.mg.gov.br/licitacoes>.

20.16. O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas surgidas em decorrência desta licitação é o da Comarca de Santa Bárbara/MG.

20.17. Ressalvamos que, em conformidade com o art. 24 da Lei n.º 14133/21, a estimativa de preço será resguardada sob sigilo, conforme justificativa apresentada no (ETP) Estudo Técnico Preliminar.

20.18. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



Prefeitura Municipal de Catas Altas

21. ANEXOS

ANEXO I – ETP;

ANEXO II – Termo de Referência;

ANEXO III – Modelo da Proposta Comercial Readequada;

ANEXO IV – Minuta da Ata de Registro de Preços;

ANEXO V – Minuta do Contrato.

Catas Altas/MG, 09 de junho de 2026.

Jalizy Rodrigues Lima Silva
Secretária Municipal de Saúde



Prefeitura Municipal de Catas Altas

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR MATERIAIS DE LABORATÓRIO

1- INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo justificar a contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de laboratório para o Laboratório de Análises Clínicas Municipal, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Os materiais laboratoriais constituem insumos essenciais para a adequada execução das atividades desenvolvidas no laboratório, sendo indispensáveis para a coleta, acondicionamento, processamento e realização de exames diagnósticos, contribuindo diretamente para a segurança, confiabilidade e qualidade dos resultados obtidos. A ausência ou inadequação desses materiais compromete o fluxo operacional do serviço, podendo ocasionar atrasos na execução dos exames, prejuízos à assistência em saúde e riscos à qualidade analítica.

A contratação proposta visa garantir o abastecimento contínuo e adequado desses materiais, assegurando a regularidade e eficiência dos serviços laboratoriais prestados à população, em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Saúde, conforme previsto na Lei nº 8.080/1990, além de atender aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e planejamento da Administração Pública.

2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação para fornecimento de materiais de laboratório é indispensável para garantir o pleno funcionamento do Laboratório de Análises Clínicas Municipal, considerando que tais insumos são essenciais e insubstituíveis para a adequada execução das atividades laboratoriais e dos exames diagnósticos ofertados à população.

Os materiais laboratoriais compreendem itens fundamentais para os procedimentos de coleta, armazenamento, manipulação, preparo e processamento de amostras biológicas, sendo imprescindíveis para assegurar condições adequadas de trabalho, segurança operacional e qualidade técnica dos serviços prestados. A ausência ou insuficiência desses materiais compromete diretamente o fluxo de funcionamento do laboratório, podendo ocasionar atrasos, interrupções nos atendimentos e prejuízos à assistência em saúde.

A demanda por exames laboratoriais no município de Catas Altas apresenta caráter contínuo e crescente, acompanhando as necessidades assistenciais da Atenção Primária à Saúde e dos demais pontos de atenção da rede municipal. Nesse contexto, torna-se imprescindível a manutenção de estoque adequado de materiais laboratoriais, garantindo suporte operacional suficiente para atender às demandas diagnósticas da população de forma eficiente e segura.

Dessa forma, a contratação se justifica pela necessidade de assegurar a continuidade dos serviços laboratoriais, evitando desabastecimento e interrupções no atendimento, garantindo suporte adequado às ações de saúde desenvolvidas pelo município e promovendo maior resolutividade no âmbito do Sistema Único de Saúde, conforme previsto na Lei nº 8.080/1990.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos específicos para a contratação encontram-se detalhados no Termo de Referência.

4 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado foi realizado com base em pesquisas de preços obtidas por meio de



Prefeitura Municipal de Catas Altas

plataformas eletrônicas especializadas, consultas a banco de preços públicos, visando identificar valores praticados no mercado para aquisição de materiais de laboratório compatíveis com as necessidades do Laboratório de Análises Clínicas Municipal. A metodologia adotada busca assegurar a obtenção de preços compatíveis com a realidade mercadológica, observando os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade para a Administração Pública.

Durante a análise mercadológica, verificou-se a existência de ampla oferta de materiais laboratoriais por empresas especializadas no segmento, possibilitando competitividade entre fornecedores e garantindo diversidade de marcas e fabricantes aptos ao atendimento das demandas do município. Constatou-se ainda que os materiais possuem variações de especificações técnicas conforme fabricante, tornando necessária a definição criteriosa das características mínimas exigidas no Termo de Referência, de modo a assegurar padronização, compatibilidade e qualidade dos itens adquiridos. Como requisito indispensável, os produtos deverão possuir registro junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, sempre que aplicável, em conformidade com a legislação sanitária vigente, garantindo segurança, rastreabilidade e adequação dos materiais utilizados nos procedimentos laboratoriais.

Adicionalmente, visando assegurar a qualidade, durabilidade, compatibilidade e desempenho dos materiais ofertados, poderá ser exigida a apresentação de amostras pelas empresas classificadas, para análise técnica prévia da equipe responsável pelo laboratório, conforme critérios e condições estabelecidos no edital e Termo de Referência. Tal medida objetiva resguardar o interesse público, evitando a aquisição de materiais inadequados que possam comprometer a rotina operacional, a biossegurança e a qualidade dos serviços laboratoriais prestados à população.

5 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de materiais de laboratório, por meio de Pregão, na forma eletrônica, com Sistema de Registro de Preços, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

A adoção do pregão eletrônico justifica-se por se tratar de bens comuns, cujos padrões de qualidade, especificações técnicas e características de desempenho podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, possibilitando ampla competitividade entre fornecedores, maior transparência do processo licitatório e potencial obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A utilização do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada em razão da natureza dos materiais laboratoriais, caracterizados como insumos de consumo contínuo e demanda variável, diretamente relacionados ao volume de exames realizados, à rotina operacional do laboratório e às necessidades assistenciais da população. Tal modelo possibilita aquisições parceladas ao longo da vigência da ata, conforme a necessidade efetiva do serviço, promovendo maior controle de estoque, racionalização das compras públicas e redução de desperdícios.

Além disso, a solução adotada contribui significativamente para a padronização dos materiais utilizados nas rotinas laboratoriais, favorecendo a compatibilidade entre procedimentos, equipamentos e técnicas executadas no Laboratório de Análises Clínicas Municipal. A padronização também proporciona maior segurança operacional, melhor organização logística e otimização dos fluxos internos de trabalho.

O modelo proposto permite ainda maior eficiência na execução orçamentária e financeira, uma vez que as aquisições ocorrerão conforme demanda real da Administração, evitando aquisições excessivas, armazenamento inadequado ou perdas decorrentes de deterioração e inutilização de materiais.

Adicionalmente, a contratação de fornecedores especializados assegura que os materiais fornecidos



Prefeitura Municipal de Catas Altas

atendam às exigências técnicas, sanitárias e de biossegurança aplicáveis ao funcionamento de laboratórios clínicos, especialmente às disposições estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, contribuindo para a manutenção da qualidade e confiabilidade dos serviços prestados.

Dessa forma, a solução estruturada encontra-se alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público, garantindo suporte adequado ao funcionamento do Laboratório de Análises Clínicas Municipal e assegurando a adequada prestação dos serviços laboratoriais à população usuária do Sistema Único de Saúde.

6 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

As estimativas de quantitativos foram definidas com base no histórico de consumo do exercício de 2025, considerando a utilização dos materiais nas rotinas técnicas e operacionais do Laboratório de Análises Clínicas Municipal, bem como o volume de exames realizados, o perfil epidemiológico da população atendida e a demanda assistencial apresentada pela rede municipal de saúde.

Para maior precisão na definição das quantidades, foram analisadas as médias mensais de consumo dos materiais utilizados nos procedimentos laboratoriais, levando-se em consideração fatores como frequência de utilização, rotatividade de estoque, sazonalidade de determinadas demandas e possíveis ampliações no número de atendimentos decorrentes do fortalecimento das ações da Atenção Primária à Saúde e da ampliação do acesso aos serviços diagnósticos.

A metodologia adotada busca compatibilizar os quantitativos estimados com a necessidade real do serviço público, promovendo planejamento adequado das aquisições e minimizando riscos relacionados tanto ao desabastecimento quanto ao excesso de estoque. Tal planejamento é fundamental para assegurar a continuidade das atividades laboratoriais, evitando prejuízos à assistência prestada à população.

Ressalta-se ainda que parte dos materiais laboratoriais possui características específicas de armazenamento, conservação e prazo de utilização, tornando indispensável a adequada previsão quantitativa, de forma a evitar perdas decorrentes de deterioração, inutilização ou vencimento de itens. Além disso, a correta gestão de estoque contribui para maior eficiência logística, controle patrimonial e racionalização dos recursos públicos empregados nas aquisições.

Dessa forma, os quantitativos estimados foram estabelecidos observando critérios técnicos, históricos de consumo e perspectivas de manutenção e ampliação da demanda assistencial, garantindo suporte adequado ao funcionamento contínuo e eficiente do Laboratório de Análises Clínicas Municipal.

7 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de preços para a contratação foi elaborada com base em pesquisa de mercado, considerando cotações junto a fornecedores do ramo, consultas a plataformas eletrônicas especializadas, contratações similares realizadas por outros entes públicos e parâmetros disponíveis em bases oficiais de preços, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

A pesquisa mercadológica contemplou materiais de laboratório com especificações compatíveis às necessidades do Laboratório de Análises Clínicas Municipal, buscando identificar valores praticados no mercado para itens com características técnicas equivalentes, observando critérios de qualidade, compatibilidade e atendimento às exigências sanitárias vigentes.

Destaca-se que, em razão da natureza competitiva do certame e com o objetivo de preservar a efetividade da disputa, o orçamento estimado da contratação será mantido sob sigilo até a fase adequada do processo licitatório, nos termos permitidos pela legislação vigente. Tal medida visa



Prefeitura Municipal de Catas Altas

evitar a indução de propostas alinhadas ao valor previamente estimado pela Administração, estimulando os licitantes a apresentarem propostas mais vantajosas, competitivas e compatíveis com suas reais condições de mercado.

A metodologia adotada busca assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, observando os princípios da economicidade, eficiência, competitividade e planejamento, ao mesmo tempo em que garante a compatibilidade dos preços contratados com os valores praticados no mercado de materiais laboratoriais.

Além disso, a estimativa de preços foi estruturada de modo a permitir adequada previsão orçamentária e financeira da futura contratação, garantindo equilíbrio entre qualidade dos materiais, viabilidade econômica e continuidade dos serviços laboratoriais prestados à população usuária do Sistema Único de Saúde.

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento da contratação mostra-se técnica e economicamente adequado, considerando a natureza dos materiais de laboratório como insumos de consumo contínuo, utilização rotineira e demanda variável, diretamente vinculada ao volume de atendimentos e exames realizados pelo Laboratório de Análises Clínicas Municipal.

A divisão do objeto em parcelas possibilita que as aquisições sejam realizadas de forma gradual e conforme a necessidade efetiva do serviço, promovendo maior racionalização administrativa e permitindo melhor adequação entre consumo e fornecimento. Tal medida reduz riscos de desabastecimento, ao mesmo tempo em que evita a formação de estoques excessivos, os quais podem ocasionar perdas decorrentes de deterioração, inutilização ou vencimento de materiais.

Além disso, o parcelamento contribui para ampliação da competitividade do certame, possibilitando a participação de maior número de fornecedores especializados, inclusive empresas de menor porte, sem prejuízo à qualidade e à padronização dos materiais adquiridos. Dessa forma, favorece-se a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública, observando os princípios da economicidade, eficiência e isonomia entre os licitantes.

Sob o aspecto operacional, a estratégia de fornecimento parcelado favorece uma gestão de estoque mais eficiente, permitindo melhor controle dos materiais utilizados nas rotinas laboratoriais, maior organização logística e redução de desperdícios. O modelo também proporciona maior flexibilidade administrativa para adequação das aquisições às oscilações de demanda dos serviços de saúde ao longo da vigência contratual.

Dessa forma, o parcelamento da contratação apresenta-se como medida adequada e vantajosa, alinhada às necessidades operacionais do laboratório e aos princípios que regem a Administração Pública, garantindo maior eficiência na execução contratual e melhor aproveitamento dos recursos públicos destinados à saúde.

9 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Este termo não se aplica ao processo de licitação.

10 – ALINHAMENTO COM PAC

De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Programação Anual de Saúde, existe orçamento destinado para a compra de insumos laboratoriais, conforme os objetivos traçados no Plano Plurianual (PPA), priorizando o diagnóstico, o tratamento e a manutenção da saúde.

11 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação proposta tem como resultado principal a garantia da continuidade, regularidade e



Prefeitura Municipal de Catas Altas

eficiência dos serviços prestados pelo Laboratório de Análises Clínicas Municipal, assegurando condições adequadas para execução das atividades laboratoriais e dos exames diagnósticos em toda a sua rotina operacional.

Espera-se, com a disponibilização contínua de materiais de laboratório adequados e de qualidade, a redução de intercorrências relacionadas à interrupção de procedimentos, falhas operacionais, retrabalho técnico e dificuldades na execução das rotinas laboratoriais, fatores que impactam diretamente a produtividade do serviço, a segurança dos profissionais e a qualidade da assistência prestada à população.

A padronização dos materiais utilizados contribuirá para maior organização e estabilidade dos processos laboratoriais, promovendo melhor compatibilidade entre equipamentos, técnicas e procedimentos executados, além de proporcionar maior segurança operacional, biossegurança e confiabilidade na realização das análises laboratoriais.

Outro resultado relevante esperado é a melhoria do fluxo de execução dos exames e procedimentos internos do laboratório, permitindo maior agilidade no processamento das amostras e redução de atrasos decorrentes de indisponibilidade de materiais. Tal medida contribui diretamente para otimização do tempo de resposta dos exames, favorecendo diagnósticos mais céleres e acompanhamento clínico mais eficiente dos pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

Do ponto de vista operacional, espera-se maior organização do fluxo interno de trabalho, com aprimoramento do planejamento das rotinas laboratoriais, redução de paralisações, melhor controle de estoque e maior previsibilidade no fornecimento dos materiais necessários ao funcionamento contínuo do serviço. A adequada gestão dos insumos também tende a minimizar perdas decorrentes de deterioração, inutilização ou vencimento de materiais, promovendo melhor aproveitamento dos recursos públicos empregados.

Em termos assistenciais, os resultados pretendidos refletem diretamente no fortalecimento da capacidade resolutiva da rede municipal de saúde, contribuindo para manutenção da oferta de exames laboratoriais no próprio município, redução da necessidade de encaminhamentos externos e ampliação da eficiência das ações desenvolvidas pela Atenção Primária à Saúde e demais pontos de atenção da rede.

Dessa forma, a contratação não se limita ao simples fornecimento de materiais, mas representa medida estratégica para manutenção da qualidade, segurança e continuidade dos serviços laboratoriais, promovendo melhoria concreta da assistência em saúde e maior efetividade das ações desenvolvidas no âmbito do Sistema Único de Saúde.

12 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Os itens licitados deverão ter prazo de validade adequado para uso prolongado e conforme exigências especificadas no edital, visando minimizar desperdícios e assegurar a economicidade. Qualquer alteração nos materiais oferecidos pela empresa vencedora deverá ser previamente comunicada ao fiscal do contrato para aprovação.

13 – IMPACTOS AMBIENTAIS

A empresa contratada deverá cumprir as normas de sustentabilidade, minimizando os impactos ambientais e adotando práticas que garantam a redução de resíduos e o uso responsável dos recursos, conforme a legislação vigente.

14 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A viabilidade da contratação encontra respaldo na previsão orçamentária constante no Plano Anual de Saúde, que contempla a aquisição de materiais laboratoriais como item essencial para a



Prefeitura Municipal de Catas Altas

manutenção e continuidade dos serviços assistenciais ofertados pelo município. Os recursos financeiros disponíveis, provenientes das esferas federal, estadual e municipal, mostram-se compatíveis com a necessidade identificada, garantindo suporte adequado à execução da despesa ao longo do exercício financeiro.

Sob o aspecto técnico, a contratação é plenamente viável, uma vez que os materiais de laboratório constituem insumos padronizados e amplamente disponíveis no mercado, existindo diversos fornecedores aptos a atender às especificações técnicas exigidas pela Administração Pública. Essa condição favorece a competitividade do certame, amplia as possibilidades de obtenção de propostas vantajosas e assegura maior segurança no fornecimento, reduzindo riscos de descontinuidade dos serviços.

Do ponto de vista operacional, a aquisição mostra-se necessária e plenamente exequível, considerando que o Laboratório de Análises Clínicas Municipal possui estrutura física instalada, equipamentos em funcionamento, equipe técnica qualificada e demanda consolidada de exames laboratoriais, fatores que garantem a adequada utilização dos materiais a serem adquiridos. A compatibilidade dos materiais com os equipamentos e procedimentos já existentes também reforça a viabilidade da contratação, evitando custos adicionais relacionados a adaptações operacionais ou substituições de equipamentos.

Além disso, a contratação contribui diretamente para a manutenção da regularidade e eficiência dos serviços laboratoriais, prevenindo interrupções que poderiam comprometer o atendimento à população e impactar negativamente as ações de diagnóstico, acompanhamento clínico e monitoramento terapêutico desenvolvidas pela rede municipal de saúde.

A previsibilidade no abastecimento dos materiais laboratoriais permite ainda maior organização das rotinas internas do laboratório, melhor planejamento das atividades, controle mais eficiente de estoque e racionalização da utilização dos recursos públicos, promovendo maior economicidade e eficiência administrativa.

Dessa forma, a contratação demonstra-se viável sob os aspectos orçamentário, técnico e operacional, constituindo medida necessária e estratégica para garantir a continuidade, segurança e qualidade dos serviços laboratoriais ofertados pelo município de Catas Altas, em consonância com os princípios que regem a Administração Pública e as diretrizes do Sistema Único de Saúde.

Gustavo Assis de Souza
Coordenador da Saúde



Prefeitura Municipal de Catas Altas

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para aquisição de insumos para o laboratório municipal, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, condições previstas no edital e demais anexos.

2. ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS

ITEM	CÓD.	QUANT. TOTAL	UNID.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
1	30392	10	Pacote	Adaptador Agulha Scalp Coleta A Vácuo Padrão - Adaptador/Canhão de agulha para Coleta de Sangue - Modelo Padrão - Composição: Polipropileno - Pacote com 100 Unidades - Registro na anvisa
2	30393	100	Caixa	Adaptador para coleta de sangue à vácuo com dispositivo de segurança (NR-32 do MT). De uso único e descartável. Caixa com 100 unidades. Registro na ANVISA. Validade expirada no máximo 20%.
3	24315	50	Caixa	ADESIVO TIPO BANDAGEM – 500 UNIDADES Formato circular, hipoalérgico, na cor bege, composta por múltiplas camadas em não tecido de algodão e poliéster, com alta absorção, com protetor siliconizado. Caixa contendo 500 unidades. Registro na ANVISA. Validade expirada em no máximo 20%.
4	30394	20	Caixa	AGULHA DE COLETA A VÁCUO 25 X 0,7mm Utilizadas em coletas múltiplas de sangue venoso, com cânula em aço inoxidável, siliconizada e triface, dispositivo emborrachado que permite perfeito encaixe de adaptadores e facilita a troca de tubos, embaladas individualmente em capsulas hermeticamente fechadas, esterilizadas por oxido de etileno, rosca dupla tipo universal. Embalagem com 100 unidades. Registro na ANVISA. Validade expirada em no máximo 20%.
5	16931	50	Caixa	AGULHA DE COLETA A VÁCUO 25 X 0,8mm Utilizadas em coletas múltiplas de sangue venoso, cânula em aço inoxidável, siliconizada e trifacetada, dispositivo emborrachado que permite perfeito encaixe de adaptadores e facilita a troca de tubos, embaladas individualmente em capsulas hermeticamente fechadas, esterilizadas por oxido de Etileno, rosca dupla tipo universal. Embalagem com 100 unidades. Registro na ANVISA. Validade expirada em no máximo 20%.
6	6437	50	Unidade	CÁLICE DE SEDIMENTAÇÃO DE FEZES 250mL MATERIAL: VIDRO
7	10431	5	Pacote	CANUDINHO PARA REFRIGERANTE (FINO) Pacote com 500 unidades Material: Plastico
8	27580	20	Unidade	COLETOR DE URINA DE 24h Com capacidade de 3000 mL. Registro na ANVISA. Validade expirada em no máximo 20%.
9	28373	60	Pacote	COLETOR DE URINA ESTÉRIL 80mL Pacote com 100 unidades. Registro na ANVISA. Validade expirada em no máximo 20%.



Prefeitura Municipal de Catas Altas

10	30395	80	Pacote	COLETOR FEZES C/ PA 50 mL Pacote com 100 unidades. Registro na ANVISA. Validade expirada em no máximo 20%.
11	30396	5	Pacote	CUBETAS PARA COAGULOMETRO HUMACLOT JUNIOR MODELO 2 (REF 18680) – FABRICANTE INVITRO (HUMAN), COM BARRA MAGNÉTICA Cubeta em plástico transparente Pacote com 100 unidades
12	29630	3	Unidade	DATA LOGGER DE TEMPERATURA. Medição de temperatura - 30oC à 60oC com sensor externo, intervalo de gravação ajustável, alimentação à bateria, indicador de alarme LCD multifuncional, interface de captura de dados via bluetooth ou USB, software gratuito para tratamento de dados (Windows).
13	30397	6	Unidade	Garrote com fecho de PVC Garrote do tamanho adulto e infantil para procedimentos médicos. Fecho em PVC. Registro Anvisa.
14	30398	10	Caixa	Garrote em tira contínua destacável 25 a 45 cm, livre de látex ou talco em poli-isopropeno sintético. Caixa com 25 tiras. Registro na ANVISA. Validade expirada no máximo 20%.
15	30399	10	Caixa	LÂMINAS DE VIDRO PARA MICROSCOPIA COM BORDA FOSCA Caixa com 50 unidades, de vidro lapidada.
16	6439	10	Caixa	LAMINAS DE VIDRO PARA MICROSCOPIA COM BORDA LISA Caixa com 50 unidades, de vidro lapidada.
17	30400	10	Pacote	PIPETA DE PLÁSTICO GRADUADA PARA VHS COM ASPIRADOR Descartável. Pacote com 25 unidades. Validade expirada em no máximo 20%.
18	30401	5	Unidade	Pipeta de vidro 10 ml utilizada para medição e transferência precisa de líquidos . Registro na ANVISA.
19	30402	5	Unidade	Pipeta de vidro 5 ml utilizada para medição e transferência precisa de líquidos . Registro na ANVISA.
20	27587	1	Unidade	PIPETA DE VOLUME FIXO 1000µL Micropipeta monocanal de volume fixo, fabricada para ser mecanicamente durável, através de materiais quimicamente resistentes parcialmente autoclavável. Alta precisão e exatidão.
21	27586	1	Unidade	PIPETA DE VOLUME FIXO 100µL Micropipeta monocanal de volume fixo, fabricada para ser mecanicamente durável, através de materiais quimicamente resistentes, parcialmente autoclavável. Alta precisão e exatidão.
22	27585	1	Unidade	PIPETA DE VOLUME FIXO 10µL Micropipeta monocanal de volume fixo, fabricada para ser mecanicamente durável, através de materiais quimicamente resistentes, parcialmente autoclavável. Alta precisão e exatidão.
23	30403	1	Unidade	PIPETA DE VOLUME FIXO 20µL Micropipeta monocanal de volume fixo, fabricada para ser mecanicamente durável, através de materiais quimicamente resistentes, parcialmente autoclavável. Alta precisão e exatidão.
24	27589	1	Unidade	PIPETA DE VOLUME FIXO 250µL Micropipeta monocanal de



Prefeitura Municipal de Catas Altas

				volume fixo, fabricada para ser mecanicamente durável, através de materiais quimicamente resistentes, parcialmente autoclavável. Alta precisão e exatidão.
25	28311	1	Unidade	PIPETA DE VOLUME FIXO 25µL Micropipeta monocanal de volume fixo, fabricada para ser mecanicamente durável, através de materiais quimicamente resistentes, parcialmente autoclavável. Alta precisão e exatidão.
26	27591	1	Unidade	PIPETA DE VOLUME FIXO 500µL Micropipeta monocanal de volume fixo, fabricada para ser mecanicamente durável, através de materiais quimicamente resistentes, parcialmente autoclavável. Alta precisão e exatidão.
27	27590	1	Unidade	PIPETA DE VOLUME FIXO 50µL Micropipeta monocanal de volume fixo, fabricada para ser mecanicamente durável, através de materiais quimicamente resistentes, parcialmente autoclavável. Alta precisão e exatidão.
28	30404	1	Unidade	PIPETA DE VOLUME VARIÁVEL DE 5 A 50 mL Micropipeta mecânica monocanal de volume variável com dispensador de ponteiros, visor com sistema de numeração digital, formato anatômico, leve, feita em plástico ABS resistente.
29	29110	5	Unidade	PIPETADOR DE BORRACHA TIPO PERA Pipetador manual de borracha 3 vias para controle preciso do enchimento e dispensação da pipeta.
30	30405	10	Pacote	PONTEIRA AMARELA PARA PIPETAGEM 5 A 200 µL Ponteiros moldadas em polipropileno de alta qualidade, fabricadas com elevada linearidade. Pacote com 1.000 unidades. Compatível com micropipetas de 5 a 200 µL
31	30406	5	Pacote	PONTEIRA AZUL PARA PIPETAGEM DE 200 A 1.000 µL Ponteiros moldadas em polipropileno de alta qualidade, fabricadas com elevada linearidade. Pacote com 1.000 unidades. Compatível com micropipetadas de 200 a 1.000 µL
32	29111	5	Pacote	PONTEIRA INCOLOR PARA PIPETAGEM DE 1 A 5 mL Ponteiros moldadas em polipropileno de alta qualidade, fabricadas com elevada linearidade. Pacote com 100 unidades. Compatível com micropipetas de 1 a 5 mL
33	23594	4	Unidade	Proveta Graduada Base Redonda de Vidro 1000ml Proveta Graduada Base Redonda de Vidro 1000ml Proveta Graduada Com Base redonda de vidro utilizada para medição de volumes de líquidos. Especificações Técnicas Fabricado em Vidro Borossilicato 3.3; Autoclavável a 121°C; Bico para escoamento evitando que o líquido escorra na parede externa da proveta Gravação na cor branca em tinta cerâmica Resistência térmica, mecânica e a ataques químicos Registro na Anvisa
34	30407	5	Unidade	RELÓGIO TIPO ALARME PARA LABORATÓRIO Com timer mecânico, contagem regressiva de 60 minutos e alarme sonoro
35	10395	100	Milheiro	SACO PLÁSTICO 12 X 25 cm Embalagem com 1.000 unidades. Transparente.



Prefeitura Municipal de Catas Altas

36	20704	50	Caixa	SCALP 23G com adaptador LUER para coleta de sangue à vácuo. Acessório desenvolvido em tubo vinílico, transparente e apirogênico para a coleta de sangue. De uso único e descartável. Caixa com 100 unidades. Registro na ANVISA. Validade expirada no máximo 20%.
37	26300	4	Unidade	Termômetro Digital Faixa de temperatura interna: -20 °C a 50 °C / °F Faixa de temperatura externa: -50 °C a 70 °C / °F Resolução Interna/externa: 0,1 °C Exatidão Interna/externa: °C a 50 °C ± 1 °C / -50 °C a 0 °C ± 2 °C / 50 °C a 70 °C ± 2°C Alimentação: 1 pilha de 1,5 Volts tipo AAA Cabo sensor externo: aprox. 1,8 m Dimensões: 110x70x20 mm
38	30408	5	Pacote	TUBO ÂMBAR PARA TRANSPORTE COM TAMPA 12x75 Tubo plástico âmbar para transporte de amostras biológicas . Pacote com 1000 unidades
39	29120	5	Pacote	TUBO CENTRÍFUGA GRADUADO Tubo Falcon de 15 mL estéril e de polipropileno. Pacote com 40 unidades
40	28313	8	Caixa	TUBO DE PLÁSTICO PARA COLETA A VÁCUO FLUORETO 4 mL Em plástico PET. Embalagem com 100 unidades. Registro na ANVISA. Validade expirada em no máximo 20%.
41	28320	100	Caixa	TUBO DE PLÁSTICO PARA COLETA A VÁCUO SORO GEL 5 mL Em plástico PET. Com gel separador. Embalagem com 100 unidades. Registro na ANVISA. Validade expirada em no máximo 20%.
42	28321	100	Caixa	TUBO DE PLÁSTICO PARA COLETA A VÁCUO SORO GEL 8 mL Em plástico PET. Com gel separador. Embalagem com 100 unidades. Registro na ANVISA. Validade expirada em no máximo 20%.
43	27599	20	Caixa	TUBO DE PLÁSTICO PARA COLETA A VÁCUO SORO SECO 9 mL. Em plástico PET. Caixa com 100 unidades. Registro na ANVISA. Validade expirada em no máximo 20%.
44	19602	15	Caixa	TUBO PARA COLETA A VÁCUO COM CITRATO 3,5 mL. Em plástico PET. Caixa com 100 unidades. Registro na ANVISA. Validade expirada em no máximo 20%.
45	23597	100	Caixa	TUBO PARA COLETA A VÁCUO EDTA 4 mL Em plástico PET. Caixa com 100 unidades. Registro na ANVISA. Validade expirada em no máximo 20%.
46	30409	5	Pacote	TUBO PARA TRANSPORTE COM TAMPA 12x75 Tubo plástico transparente para transporte de amostras biológicas . Pacote com 1000 unidades

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. Os serviços públicos de saúde dependem diretamente da adequada estruturação de recursos humanos, materiais e operacionais para garantir assistência contínua, segura e de qualidade à população. Nesse contexto, a disponibilidade de materiais laboratoriais adequados constitui fator indispensável para o pleno funcionamento do Laboratório de Análises Clínicas Municipal, sendo essencial para a execução das rotinas técnicas, realização de exames diagnósticos e suporte às ações assistenciais desenvolvidas pela rede municipal de saúde. A ampla variedade de materiais utilizados no ambiente laboratorial é necessária para atender às diferentes etapas dos processos analíticos,



Prefeitura Municipal de Catas Altas

incluindo coleta, acondicionamento, preparo, processamento e manipulação de amostras biológicas. Tais insumos são fundamentais para assegurar condições adequadas de biossegurança, precisão operacional, organização das rotinas técnicas e confiabilidade dos procedimentos realizados. A ausência ou insuficiência desses materiais compromete diretamente a capacidade operacional do laboratório, podendo ocasionar atrasos, paralisações e prejuízos à assistência prestada à população. Considerando a natureza dinâmica dos serviços de saúde e a imprevisibilidade das demandas assistenciais diárias, a adoção do Sistema de Registro de Preços apresenta-se como solução técnica e administrativamente adequada. Esse modelo possibilita maior flexibilidade nas aquisições, permitindo que o município realize as contratações de forma parcelada, conforme a necessidade efetiva do serviço, sem obrigatoriedade de aquisição imediata da totalidade dos quantitativos registrados. Tal estratégia proporciona maior eficiência na gestão de estoque, melhor planejamento das aquisições e otimização da aplicação dos recursos públicos, além de reduzir riscos de desabastecimento e minimizar perdas decorrentes de armazenamento excessivo, deterioração ou inutilização de materiais. O modelo também garante maior capacidade de resposta da Administração Pública frente a oscilações de demanda, ampliação do número de atendimentos ou situações excepcionais que demandem aumento do consumo de materiais laboratoriais. Adicionalmente, a não realização da presente contratação comprometerá diretamente o funcionamento adequado do laboratório municipal, impactando negativamente a capacidade de execução dos exames laboratoriais ofertados à população. Tal situação poderá ocasionar atrasos diagnósticos, prejuízos ao acompanhamento clínico dos pacientes e aumento da necessidade de encaminhamentos externos, afetando a eficiência e a resolutividade da rede municipal de saúde. O impacto decorrente da insuficiência de materiais laboratoriais pode ainda gerar reflexos em toda a estrutura assistencial do município, comprometendo a continuidade das ações de promoção, prevenção, diagnóstico e monitoramento em saúde, além de impactar a confiança da população nos serviços públicos ofertados pela Administração Municipal. Dessa forma, o presente processo licitatório mostra-se indispensável para assegurar condições adequadas de funcionamento ao Laboratório de Análises Clínicas Municipal, garantindo abastecimento contínuo, manutenção de estoque estratégico e suporte operacional suficiente para atendimento das demandas regulares e emergenciais da rede pública de saúde. Ao promover abastecimento estável, planejamento eficiente e adequada gestão dos materiais laboratoriais, a contratação reforça a capacidade da Administração Pública de responder prontamente às necessidades da população, assegurando continuidade, qualidade e eficiência dos serviços prestados, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência, planejamento e interesse público previstos na legislação vigente.

4. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1. As dotações orçamentárias serão as constantes do orçamento do exercício vigente nas rubricas a seguir e sucessivas correspondentes da Secretaria Municipal de Saúde:

- **GESTÃO DOS PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS**

Ficha 396 - Material de Consumo - Desdobrada: 1710 - Material Laboratorial
Dotação Orçamentária: 1030250032.012000 3.3.90.30.34.00.00 - Fonte: 1600

- **GESTÃO DO ATENDIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA**

Ficha 364 - Material de Consumo - Desdobrada: 1711 - Material Laboratorial
Dotação Orçamentária: 1030150022.018000 3.3.90.30.34.00.00 - Fonte: 1500



Prefeitura Municipal de Catas Altas

5. ENTREGA DOS MATERIAIS

5.1. Os materiais deverão ter a validade mínima 80% do prazo de validade, ou seja, a mesma pode ter expirado no máximo em 20%.

5.2. A entrega dos materiais será até 15 (quinze) dias corridos, posteriores ao recebimento da ordem de compra pela Promitente Fornecedora, diretamente no Almoxarifado Central, localizado na Rua Olinto Viegas, nº 165, Centro, Catas Altas/MG, CEP 35969-000, nos horários de 7h às 11h e de 13h às 15h, acompanhada da nota fiscal para conferência, que ocorrerá no ato da entrega por funcionário competente, sendo que a responsabilidade da entrega será por conta e risco da Promitente Fornecedora. **Não serão recebidos materiais fora dos horários determinados.**

5.3. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificados os motivos e aceitos pela Administração.

5.3.1. Para os fins previstos neste item a Promitente Fornecedora deverá protocolar o seu pedido devidamente justificado antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

5.4. Importante salientar que as aquisições serão realizadas de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração Pública, não havendo obrigação de solicitação ou fornecimento da totalidade dos itens registrados em uma única requisição. Poderão ocorrer pedidos contendo quantitativos reduzidos, inclusive de apenas um ou poucos itens, hipótese em que caberá à Promitente Fornecedora realizar a entrega nas condições estabelecidas no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de recusa sob justificativa de inviabilidade econômica, logística ou compensação de frete. Tal sistemática decorre exclusivamente das necessidades operacionais do Município e do interesse público envolvido na manutenção contínua dos serviços laboratoriais.

5.4. Quaisquer mudanças nos materiais adjudicados deverão ser comunicadas previamente ao fiscal da ata por e-mail e contato telefônico IMPRESCINDIVELMENTE, podendo ou não serem aceitas.

5.5. Em caso de não entrega dos materiais até a data prevista a empresa receberá uma notificação sobre o não cumprimento da ata. A Promitente Fornecedora terá um prazo de 05 (cinco) dias corridos, após a notificação, para entrega do material, caso a empresa Promitente Fornecedora não cumpra o prazo de entrega de cinco dias após notificação, será aberto processo administrativo, devendo ser aplicada as penalidades previstas na ata e no instrumento editalício.

5.6. Os materiais serão recebidos definitivamente, após a verificação do exame quantitativo e qualitativo. Se a qualidade do objeto da licitação entregue não corresponder às especificações do Termo de Referência e Edital, este será devolvido.

5.6.1. Os materiais que forem recusados por irregularidades deverão ser substituídos no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de notificação apresentada à Promitente Fornecedora, sem qualquer ônus ao Promitente Comprador, o descumprimento do prazo sujeitara a Promitente Fornecedora a aplicação de penalidades cabíveis.

5.7. O não fornecimento dos materiais em prazo estimado em contrato acarretará em multa de 5% do valor da nota para a Promitente Fornecedora, sendo a multa progressiva de 5% a cada 10 dias de atraso, além das demais sanções previstas.

5.7.1. Caso a Promitente Fornecedora entre em contato com o fiscal do contrato e este aceite renegociar o prazo de entrega postergando o mesmo, este terá o poder para tal suspendendo a multa que seria gerada até o novo prazo renegociado.

5.8. A PMCA se reserva o direito de não receber os materiais em desacordo com o previsto neste edital, podendo cancelar a ata de registro de preços em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis.

5.9. Será de responsabilidade da Promitente Fornecedora observar os feriados e pontos facultativos Municipais, quando do dia programado para entrega dos materiais.



Prefeitura Municipal de Catas Altas

6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. Constituem obrigações da Promitente Fornecedora:

- a) Fornecer os materiais dentro dos padrões de qualidade exigidos por lei e de acordo com as especificações contidas no termo de referência;
- b) Responsabilizar-se pela qualidade dos materiais, sob penas da legislação vigente;
- c) Arcar com as despesas operacionais: transporte, alimentação e outras;
- d) Responder pelos prejuízos materiais ou pessoais por eventuais danos causados por negligência, imprudência, imperícia ou dolo próprio ou de funcionário da Promitente Fornecedora;
- e) Responsabilizar-se pelos tributos federais, estaduais ou municipais, encargos trabalhistas e sociais, bem como, acidentes de trabalho, não gerando nenhum vínculo, ficando o Promitente Comprador isento de qualquer reclamação decorrente deste;
- f) Manter durante a vigência da ata as condições exigidas para habilitação;
- g) Visualizar o e-mail constando a ordem de fornecimento, ou seja, o Promitente Comprador não tem a obrigação legal de confirmar por telefone o recebimento do E-mail da ordem de fornecimento.
- h) Deixar disponível em contrato até cinco endereços de e-mail para que as ordens de fornecimento sejam enviadas.

6.2. Constituem obrigações da Promitente Comprador:

- a) Emitir a ordem de compra e demais comunicados inerentes à execução do objeto;
- b) Fiscalizar a entrega e a qualidade do objeto licitado;
- c) Não receber materiais em desacordo com o previsto no edital, podendo cancelar a ata em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis;
- d) Efetuar os pagamentos nos prazos previstos neste termo de referência;
- e) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

7. PAGAMENTOS

7.1. O pagamento dar-se-á em até 30 (trinta) dias posteriores a entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal e com aceite da fiscal da ata.

7.2. Em caso de irregularidade(s) na(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), o prazo de pagamento será contado a partir do recebimento da(s) correspondentes(s) regularização(ões).

7.3. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão municipal, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

7.4. Para receber seus créditos a Promitente Fornecedora deverá comprovar a manutenção da regularidade fiscal e tributária que lhe foram exigidas quando da habilitação.

7.5. A administração da PMCA, reserva o direito de reter o pagamento de faturas para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas ao fornecedor e para ressarcir danos a terceiros.

7.6. Nenhum outro pagamento será devido pelo município a Promitente Fornecedora, seja a que título for, nem direta, nem indiretamente, sendo certo que a Promitente Fornecedora é a única responsável pelo cumprimento de todas as obrigações legais e regulamentares.

8. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

8.1. Fica indicado como fiscal a servidora a Sra. Ana Flávia Barbosa França, Biomédica, endereço eletrônico: laboratorio@catasaltas.mg.gov.br e telefone: (31) 992344335, para acompanhar e fiscalizar a aquisição do objeto, adotando procedimentos que se fizerem necessários para exigir seu fiel cumprimento, de acordo com as cláusulas deste instrumento e disposições legais.



Prefeitura Municipal de Catas Altas

8.2. Fica indicada como gestora a Sra. Jalizy Rodrigues Lima Silva, Secretária Municipal de Saúde, endereço eletrônico: saude@catasaltas.mg.gov.br e telefone: (31) 992344335.

8.3. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização não exonera a Promitente Fornecedoradora de suas responsabilidades e obrigações previstas neste instrumento editalício.

9. PRAZOS

9.1. A ata de registro de preços vigorará por 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. O prazo para assinatura da ata é de 3 (três) dias úteis, contados da data da ciência da convocação por e-mail feita pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

9.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, devendo ser assinado dentro do prazo de validade da ata de registro de preços.

Ana Flávia Barbosa França
Bimédica

Jalizy Rodrigues Lima Silva
Secretária Municipal de Saúde



Prefeitura Municipal de Catas Altas

ANEXO III

MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL READEQUADA

TIMBRE DA EMPRESA

(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

Ref.: Pregão Eletrônico SRP nº 016/2026 – Processo nº 053/2026

Ao Pregoeiro,

Razão Social: _____; CNPJ: _____;

Endereço: _____ Bairro: _____;

CEP _____ Cidade _____ / _____;

Abaixo os dados pessoais do representante legal com poderes para a assinatura da ata:

Representante Legal (Nome Legível): _____;

() Sócio () Procurador

Assinatura Digital: () Sim () Não

Nacionalidade: _____ Estado Civil: _____;

RG nº: _____ CPF nº: _____;

Telefone: _____ Celular: _____;

Endereço eletrônico: _____;

Pagamentos/Dados Bancários:

Nome do Banco: _____ Ag.: _____ C/C.: _____,

Pix: _____.

Pagamento via Boleto Bancário: () Sim () Não.

Apresentamos nossa proposta readequada para o fornecimento do objeto licitado e declaramos que:

- O objeto ofertado atende integralmente os requisitos constantes na especificação desta proposta;
- Os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto licitado;
- O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias;
- Até a formalização da contratação esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observadas as condições do edital.

ITEM	QUANT.	UNID.	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	MARCA/ MODELO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1							

Valor total da Proposta: R\$ _____ (_____)
(mencionar o valor por extenso)

Concordamos com todas as condições do edital.

Local e data.

Nome da empresa

Nome do responsável legal da empresa

Documento deve possuir preferencialmente assinatura digital emitida por autoridade certificadora.



Prefeitura Municipal de Catas Altas

ANEXO IV

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° ____/2026

O **MUNICÍPIO DE CATAS ALTAS**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n° 01.612.370/0001-42, com sede na Praça Monsenhor Mendes, n° 136, Centro em Catas Altas/MG, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. Jalizy Rodrigues Lima Silva brasileira, casada, portadora do CPF n° 027.599.546-17, residente e domiciliada em Catas Altas/MG, doravante denominado **PROMITENTE COMPRADOR**, e a empresa _____, CNPJ n° _____, sediada na Rua _____, n° ____, Bairro _____ em _____/UF, CEP _____, endereço eletrônico _____ e números de telefone(s) _____, neste ato, representada por seu(a) _____, Sr.(a) _____, brasileiro(a), estado civil, portador(a) da Carteira de Identidade n° _____, expedida pela SSP/__, CPF n° _____, residente na Rua _____, n° ____, Bairro _____ em _____/UF, CEP _____, doravante denominada **PROMITENTE FORNECEDORA**, têm entre si, celebrado a presente ata, decorrente de licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico SRP n° 016/2026 – Processo n° 053/2026**, julgado em __/__/__ e homologado em __/__/__, nos termos da Lei Federal n° 14.133/2021, com aplicação subsidiária das Leis Complementares n° 123/2006, n° 147/2014 e n° 155/2016, Decretos Municipais n° 224/2022, n° 311/2023, n° 320/2023 n° 322/2023, n° 324/2023, n° 688/2025, e demais normas correlatas, normas de Direito Civil e mediante as cláusulas e condições elencadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto deste instrumento é o registro de preços para aquisição de insumos para o laboratório municipal, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, edital, termo de referência, demais anexos, proposta comercial e relatório de vencedores que integram este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – EXPECTATIVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O valor estimado desta ata é de **R\$** _____ (_____), sendo que o compromisso de fornecimento somente estará caracterizado mediante recebimento da Ordem de Compra.

2.2. Estima-se que as aquisições decorrentes desta ata poderão atingir os quantitativos abaixo, ficando a Promitente Fornecedora obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante sua validade.

(Relatório de vencedores – Deve conter valor unitário, valor total e marca)



Prefeitura Municipal de Catas Altas

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZOS E PUBLICAÇÃO

3.1. Os materiais deverão ter a validade mínima 80% do prazo de validade, ou seja, a mesma pode ter expirado no máximo em 20%.

3.2. A entrega parcelada dos materiais será até 15 (quinze) dias corridos, posterior ao recebimento das ordens de compra pela Promitente Fornecedora, diretamente no Almoxarifado Central, localizado na Rua Olinto Viegas, nº 165, Centro, Catas Altas/MG, CEP 35969-000, de segunda a sexta-feira, nos horários de 7h as 11h e de 13h as 15h, acompanhada da nota fiscal para conferência, que ocorrerá no ato da entrega por funcionário competente, sendo que a responsabilidade da entrega será por conta e risco da Promitente Fornecedora.

3.3. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificados os motivos e aceitos pela Administração.

3.3.1. Para os fins previstos neste item a Promitente Fornecedora deverá protocolar o seu pedido devidamente justificado antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

3.4. A vigência desta ata tem início a partir da data de sua assinatura e **vigerá até** ____/____/202__, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.5. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, devendo ser assinado dentro do prazo de validade da ata de registro de preços.

3.7. A eficácia deste instrumento está vinculada à publicação do extrato na imprensa oficial do município de Catas Altas, sendo esta de responsabilidade do Promitente Comprador.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1. As dotações orçamentárias serão as constantes do orçamento do exercício vigente nas rubricas a seguir e sucessivas correspondentes da Secretaria Municipal de Saúde:

GESTÃO DOS PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS

Ficha 396 - Material de Consumo - Desdobrada: 1710 - Material Laboratorial

Dotação Orçamentária: 1030250032.012000 3.3.90.30.34.00.00 - Fonte: 1600

GESTÃO DO ATENDIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA

Ficha 364 - Material de Consumo - Desdobrada: 1711 - Material Laboratorial

Dotação Orçamentária: 1030150022.018000 3.3.90.30.34.00.00 - Fonte: 1500

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento dar-se-á em até 30 (trinta) dias posteriores a aquisição dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal, anuência da secretaria requisitante e depósito na **Conta-Corrente nº** _____, **Agência nº** _____, **Banco** _____, **Chave Pix nº** _____ **ou Boleto Bancário.**

5.2. Em caso de irregularidade(s) na(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), o prazo de pagamento será contado a partir do recebimento da(s) correspondentes(s) regularização(ões).

5.3. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão municipal, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

5.4. Para receber seus créditos a Promitente Fornecedora deverá comprovar a manutenção da regularidade fiscal e tributária que lhe foram exigidas quando da habilitação.

5.5. A administração da PMCA, reserva o direito de reter o pagamento de faturas para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas a Promitente Fornecedora e para ressarcir danos a terceiros.

5.6. Nenhum outro pagamento será devido pelo município a Promitente Fornecedora, seja a que



Prefeitura Municipal de Catas Altas

título for, nem direta, nem indiretamente, sendo certo que a Promitente Fornecedoradora é a única responsável pelo cumprimento de todas as obrigações legais e regulamentares.

CLÁUSULA SEXTA – CONDIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. Os percentuais ofertados são fixos e irrevogáveis no período de vigência da proposta de 60 (sessenta) dias.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo a administração promover as necessárias negociações junto às Promitentes Fornecedoradoras, conforme procedimentos estabelecidos na Lei 14.133/2021.

6.3. Quando os preços inicialmente registrados, por motivo superveniente, tornarem-se superiores aos preços praticados no mercado a administração deverá:

6.3.1. Convocar a Promitente Fornecedoradora visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

6.3.2. Frustrada a negociação, a Promitente Fornecedoradora será liberada do compromisso assumido; e

6.3.3. Convocar as demais Promitentes Fornecedoradoras visando igual oportunidade de negociação.

6.4. Quando os preços de mercado tornarem-se superiores aos preços registrados e a Promitente Fornecedoradora, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá:

6.4.1. Liberar a Promitente Fornecedoradora do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

6.5. Não havendo êxito nas negociações, a administração deverá proceder o cancelamento da ata, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.6. A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem, nos termos do Decreto Municipal nº 688/2025.

6.6.1. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, nos termos do §5º do artigo 86 da Lei nº 14.133/2021.

6.6.2. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o § 2º do referido artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório, registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

6.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata.

6.8. Os quantitativos fixados pela ata de registro de preços poderão ser acrescidos, observados os limites previstos no art. 125 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, quando caracterizadas circunstâncias supervenientes, devidamente demonstradas nos autos do processo administrativo em que tramitar a alteração, que indiquem que as estimativas inicialmente previstas em edital ou no ato que autorizar a contratação direta serão insuficientes para atender a demanda durante o prazo de vigência.

6.8.1. Os acréscimos quantitativos da ata de registro de preços e dos contratos dela decorrentes, quando somados, não poderão ultrapassar os limites previstos no art. 125 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em relação às quantidades inicialmente previstas em edital ou no ato que autorizar a contratação direta, de acordo com o artigo 12 do Decreto Municipal nº 322/2023.



Prefeitura Municipal de Catas Altas

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, FORMA DE CONCESSÃO DE REAJUSTE, REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO E REPACTUAÇÃO:

7.1. Nos termos do art. 82, IX da Lei 14.133/2021, a Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada nas seguintes situações:

I – Descumprir as condições da ata de registro de preços;

II – Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III – Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV – Sofrer sanção prevista na Lei 14.133/2021;

7.1.1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) Por razão de interesse público; ou

b) A pedido do fornecedor.

7.3. O reajuste dos preços, quando cabível, observará o **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)** ou conforme a realidade de mercado, com data-base vinculada ao orçamento da Administração, podendo ser concedido mediante justificativa de variação de custos, nos termos do art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

7.4. O reequilíbrio econômico-financeiro e repactuação do contrato quando cabíveis, serão realizados nas formas prescritas na Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

8.1. Fica indicado como fiscal, a Sra. Ana Flávia Barbosa França, Biomédica, endereço eletrônico: laboratorio@catasaltas.mg.gov.br e telefone: (31) 992344335 para acompanhar e fiscalizar a aquisição do objeto, adotando procedimentos que se fizerem necessários para exigir seu fiel cumprimento, de acordo com as cláusulas deste instrumento e disposições legais.

8.2. Fica indicada como gestora a Sra. Jalizy Rodrigues Lima Silva, Secretária Municipal de Saúde, endereço eletrônico: saude@catasaltas.mg.gov.br e telefone: (31) 992344335.

8.3. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização não exonera a Promitente Fornecedora de suas responsabilidades e obrigações previstas neste instrumento.

CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. O licitante será responsabilizado pela prática dos atos previstos no art. 155 da Lei nº 14.133/21, podendo sofrer as sanções insertas no art. 156 desse mesmo diploma legal, isso, sem prejuízo de outras medidas previstas nas legislações correlatas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A ata de registro de preços vincula-se as cláusulas avençadas e deverá ser executada fielmente pelas partes, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Fica eleito o foro da comarca de Santa Bárbara/MG para dirimir quaisquer dúvidas quanto à execução desta ata de registro de preços.



Prefeitura Municipal de Catas Altas

10.3. E, por estarem justas e acordes, as partes firmam a presente ata em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Catas Altas/MG, _____ de _____ de 202__.

Nome Representante legal
Razão Social da Promitente Fornecedora
Promitente Fornecedora

Jalizy Rodrigues Lima Silva
Secretária Municipal de Saúde / Gestora
Promitente Comprador

Ana Flávia Barbosa França
Biomédica / Fiscal

Testemunhas: _____

INSERIR ANEXO COM A LISTA DE EMPRESAS QUE MANIFESTARAM INTERESSE NO O CADASTRO RESERVA.



Prefeitura Municipal de Catas Altas

ANEXO V

CONTRATO N° ____/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATAS ALTAS E A EMPRESA _____.

O **MUNICÍPIO DE CATAS ALTAS**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n° 01.612.370/0001-42, com sede na Praça Monsenhor Mendes, 136, Centro em Catas Altas/MG, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. Jalizy Rodrigues Lima Silva brasileira, casada, portadora do CPF n° 027.599.546-17, residente e domiciliada em Catas Altas/MG, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa _____, CNPJ n° _____, sediada na Rua _____, _____, _____ em _____/MG, CEP _____, endereço eletrônico e telefone(s), neste ato, representada por seu(a) _____, Sr.(a) _____, brasileiro(a), estado civil, portador(a) da Carteira de Identidade n° _____, expedida pela SSP/____ e CPF n° _____, residente na Rua _____, n° _____ em _____/UF, CEP _____, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si celebrado o presente contrato, decorrente da **Ata de Registro de Preços n° ____/202__**, da licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico SRP n° 016/2026, Processo autuado n° 053/2026**, julgado em ____/____/____ e homologado em ____/____/____, nos termos da Lei Federal n° 14.133/2021, com aplicação subsidiária das Leis Complementares n° 123/2006, n° 147/2014 e n° 155/2016, Decretos Municipais n° 224/2022, n° 311/2023, n° 320/2023, n° 324/2023, e demais normas correlatas, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto deste instrumento é a aquisição de insumos para o laboratório municipal, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, edital, termo de referência, demais anexos, proposta comercial e relatório de vencedores que integram este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR DO CONTRATO

2.1. Dá-se ao presente contrato o valor total de R\$ _____ (_____), para todos os fins e efeitos legais.

(Relatório de vencedores – Deve conter valor unitário, valor total e marca)

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZOS E VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1. Os materiais deverão ter a validade mínima 80% do prazo de validade, ou seja, a mesma pode ter expirado no máximo em 20%.

3.2. A entrega parcelada dos materiais será até 15 (quinze) dias corridos, posterior ao recebimento das ordens de compra pela Contratada, diretamente no Almoxarifado Central, localizado na Rua Olinto Viegas, n° 165, Centro, Catas Altas/MG, CEP 35969-000, de segunda a sexta-feira, nos horários de 7h as 11h e de 13h as 15h, acompanhada da nota fiscal para conferência, que ocorrerá no ato da entrega por funcionário competente, sendo que a responsabilidade da entrega será por



Prefeitura Municipal de Catas Altas

conta e risco da Contratada.

3.3. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificados os motivos e aceitos pela Administração.

3.3.1. Para os fins previstos neste item a Contratada deverá protocolar o seu pedido devidamente justificado antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

3.4. A vigência do contrato terá início a partir da data de sua assinatura e vigorará até __/__/202__, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.5. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.6. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.7. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento dar-se-á em até 30 (trinta) dias posteriores a aquisição dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal, anuência da secretaria requisitante e depósito na **Conta-Corrente nº _____**, **Agência nº _____**, **Banco _____**, **Chave Pix nº _____** ou **Boleto Bancário**.

4.2. Em caso de irregularidade(s) na(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), o prazo de pagamento será contado a partir do recebimento da(s) correspondentes(s) regularizaçã(o)es).

4.3. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão municipal, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

4.4. Para receber seus créditos a Contratada deverá comprovar a manutenção da regularidade fiscal e tributária que lhe foram exigidas quando da habilitação.

4.5. A administração da PMCA, reserva o direito de reter o pagamento de faturas para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas a Contratada e para ressarcir danos a terceiros.

4.6. Nenhum outro pagamento será devido pelo município a Contratada, seja a que título for, nem direta, nem indiretamente, sendo certo que a Contratada é a única responsável pelo cumprimento de todas as obrigações legais e regulamentares.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Constituem obrigações da Contratada:

a) Fornecer os materiais dentro dos padrões de qualidade exigidos por lei e de acordo com as especificações contidas no termo de referência;

b) Responsabilizar-se pela qualidade dos materiais, sob penas da legislação vigente;

c) Arcar com as despesas operacionais: transporte, alimentação e outras;

d) Responder pelos prejuízos materiais ou pessoais por eventuais danos causados por negligência, imprudência, imperícia ou dolo próprio ou de funcionário da Contratada;

e) Responsabilizar-se pelos tributos federais, estaduais ou municipais, encargos trabalhistas e sociais, bem como, acidentes de trabalho, não gerando nenhum vínculo, ficando o Contratante isento de qualquer reclamação decorrente deste;

f) Manter durante a vigência da ata as condições exigidas para habilitação;

g) Visualizar o e-mail constando a ordem de fornecimento, ou seja, o Contratante não tem a obrigação legal de confirmar por telefone o recebimento do E-mail da ordem de fornecimento.

h) Deixar disponível em contrato até cinco endereços de e-mail para que as ordens de fornecimento sejam enviadas.



Prefeitura Municipal de Catas Altas

5.2. Constituem obrigações do Contratante:

- a) Emitir a ordem de compra e demais comunicados inerentes à execução do objeto;
- b) Fiscalizar a entrega e a qualidade do objeto licitado;
- c) Não receber materiais em desacordo com o previsto no edital, podendo rescindir o contrato em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis;
- d) Efetuar os pagamentos nos prazos previstos neste contrato;
- e) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

6.1. As dotações orçamentárias serão as constantes do orçamento do exercício vigente nas rubricas a seguir e sucessivas correspondentes da Secretaria Municipal de Saúde:

GESTÃO DOS PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS

Ficha 396 - Material de Consumo - Desdobrada: 1710 - Material Laboratorial
Dotação Orçamentária: 1030250032.012000 3.3.90.30.34.00.00 - Fonte: 1600

GESTÃO DO ATENDIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA

Ficha 364 - Material de Consumo - Desdobrada: 1711 - Material Laboratorial
Dotação Orçamentária: 1030150022.018000 3.3.90.30.34.00.00 - Fonte: 1500

CLÁUSULA SÉTIMA – FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

7.1. Fica indicado como fiscal, a Sra. Ana Flávia Barbosa França, Biomédica, endereço eletrônico: laboratorio@catasaltas.mg.gov.br e telefone: (31) 992344335, para acompanhar e fiscalizar a aquisição do objeto, adotando procedimentos que se fizerem necessários para exigir seu fiel cumprimento, de acordo com as cláusulas deste instrumento e disposições legais.

7.2. Fica indicada como gestora a Sra. Jalizy Rodrigues Lima Silva, Secretária Municipal de Saúde, endereço eletrônico: saude@catasaltas.mg.gov.br e telefone: (31) 992344335.

7.3. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades e obrigações previstas neste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – PUBLICAÇÃO

8.1. A eficácia do presente instrumento está vinculada à publicação do extrato na imprensa oficial do município de Catas Altas, sendo esta de responsabilidade do Contratante.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

9.1. Para atender a seus interesses, o município de Catas Altas reserva-se o direito de fazer alterações que impliquem redução ou aumento de objeto, conforme prescreve o art. 124 e seguintes da Lei 14 133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O licitante será responsabilizado pela prática dos atos previstos no art. 155 da Lei nº 14.133/21, podendo sofrer as sanções insertas no art. 156 desse mesmo diploma legal, isso, sem prejuízo de outras medidas previstas nas legislações correlatas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FORMA DE CONCESSÃO DE REAJUSTE, REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO E REPACTUAÇÃO:

11.1. O reajuste dos preços, quando cabível, observará o IPCA (Índice Nacional de Preços ao



Prefeitura Municipal de Catas Altas

Consumidor Amplo) ou conforme a realidade de mercado, com data-base vinculada ao orçamento da Administração, podendo ser concedido mediante justificativa de variação de custos, nos termos do art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

11.2. O reequilíbrio econômico-financeiro e repactuação do contrato quando cabíveis, serão realizados nas formas prescritas na Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – TERMO ADITIVO

12.1. A Contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato poderá ser rescindido na forma do disposto nos artigos 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo às sanções aplicáveis e sem que caiba a Contratada direito de qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O contrato vincula-se as cláusulas avençadas e deverá ser executado fielmente pelas partes, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, bem como ao edital e seus anexos.

14.2. Fica eleito o foro da comarca de Santa Bárbara/MG para dirimir quaisquer dúvidas quanto à execução deste contrato, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

14.3. E, por estarem justas e acordes, as partes firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Catas Altas/MG, ____ de _____ de 20 ____.

Nome Representante legal
Razão Social da Promitente Fornecedora
Promitente Fornecedora

Jalazy Rodrigues Lima Silva
Secretária Municipal de Saúde / Gestora
Promitente Comprador

Ana Flávia Barbosa França
Biomédica / Fiscal

Testemunhas: _____